ATA 13, AUDIÊNCIA PÚBLICA
09 DE OUTUBRO DE 2024

Cleohara, Presidente do conselho municipal de saúde, começou a reunião do dia nove de outubro de 2024, às oito e cinquenta e um, dizendo "Bom dia a todos" e em seguida, Cleohara enfatizou a importância de seguir as diretrizes do conselho, estabelecidas no seu mandato, e destacou a necessidade de manter o foco nas apresentações. Ela pediu que as perguntas sejam direcionadas apenas ao setor que está apresentando, evitando desvio de tema para outros setores de saúde. Se houver questões para outras áreas, sugeriu que sejam abordadas posteriormente para garantir um bom andamento das apresentações. Henrique, da Controladoria, iniciou sua fala pedindo desculpas por não ter enviado a documentação no prazo solicitado, apesar de já estar pronta. Ele explicou que o ofício foi enviado no último dia quatro, mas o material só foi enviado na véspera da reunião. Em seguida, apresentou a prestação de contas do segundo quadrimestre de 2024. A receita arrecadada no Fundo Municipal de Saúde totalizou R$ 92.650.805,86, dividida em receitas correntes e de capital, recursos próprios e receitas extra-orçamentárias. As receitas correntes e de capital somaram R$ 54.657.564,24, os recursos próprios da prefeitura foram de R$ 30.760.487,56 e as receitas extra-orçamentárias totalizaram R$ 7.232.800,06, sendo valores retidos e repassados conforme necessário. Henrique detalhou as receitas do segundo quadrimestre, mostrando as origens e valores. O rendimento bancário foi de R$ 692.810,23; para Atenção Primária foram R$ 3.242.526,52; Atenção Especializada somou R$ 23.627.820,99; Vigilância em Saúde, R$ 126.828,87; Assistência Farmacêutica, R$ 12.000; e Gestão do SUS, R$ 4.306.777,47. Outras transferências da União foram R$ 1.164,51 e do convênio com o estado, R$ 11.847.497,30. Os recursos próprios enviados pela prefeitura totalizaram R$ 30.760.437,56, somando uma receita total de R$ 85.418.004,80. Henrique sugeriu para futuras apresentações incluir links para consulta pública desses dados nos sites do governo federal, estadual e da prefeitura. Henrique apresentou as despesas do segundo quadrimestre, totalizando R$ 89.436.177,28. Esse montante inclui R$ 77.070.205,27 em despesas correntes e R$ 6.984.928,39 em despesas extraorçamentárias, que são valores retidos na folha de pagamento dos servidores. Além disso, foi quitado um valor de R$ 5.365.959,33 referente a despesas de exercícios anteriores processadas para 2024. Rosânia, da contabilidade, apresentou um resumo das despesas do quadrimestre, totalizando R$ 77.070.205,27. As principais categorias de gastos foram: Folha de pagamento dos contratados: R$ 3.702.293,71. Folha de pagamento dos efetivos e comissionados: R$ 21.268.079,61. Obrigações patronais (INSS): R$ 1.830.058,37. Instituto de Estudos e Pesquisa Humanizada (UPA): R$ 7.330.680,24. Convênios com o Hospital Camilo: R$ 26.970.988,47. Repasse para o consórcio público: R$ 893.325,31. Gasto com diárias: R$ 9.380,00. Material de consumo: R$ 2.151.484,35, incluindo oxigênios, medicamentos e materiais médicos. Material de distribuição gratuita: R$ 628.879,84, que inclui fórmulas nutricionais e fraldas geriátricas. Despesas com serviços da pessoa jurídica: R$ 9.426.308,95, abrangendo reformas, exames e serviços. Serviço tecnológico: R$ 466,19, referente a telefonia. PASEP: R$ 378.106,17. Programa Mais Médicos: R$ 276.000,00. Despesas judiciais: R$ 170.427,86. Equipamentos e material permanente: R$ 974.020,00, incluindo a compra de um ônibus e uma ambulância. Indenizações por restrições trabalhistas: R$ 2.931,83. Rosânia enfatizou a diversidade de gastos, refletindo as necessidades operacionais e a manutenção dos serviços de saúde. Henrique apresentou a fase comparativa das receitas orçamentárias, destacando os descontos relacionados à folha de pagamento, que incluem empréstimos de instituições como Banco do Brasil, Caixa Econômica e Santander, além de contribuições para associações, agentes

comunitários e diversos benefícios como imposto de renda, ISS, pensão alimentícia, salário família, salário maternidade, plano de saúde, seguros, contribuição sindical e faltas em INSS. Ele informou que, até o segundo quadrimestre, a receita extraorçamentária totalizou R$ 7.232.801,06. Além disso, foram repassados R$ 1.984.928,39. Henrique apresentou um apurado da situação financeira da Secretaria de Saúde no segundo quadrimestre, que terminou em 31 de agosto de 2024. Ele destacou os seguintes pontos: Saldo Financeiro Inicial: Em janeiro de 2024, o saldo era de R$ 6.810.386,98. Receitas: Até o segundo quadrimestre, as receitas totalizaram R$ 92.650.805,86. Despesas: As despesas foram de R$ 89.036.177,28. Saldo Final: Em 31 de agosto de 2024, o saldo financeiro era de R$ 10.025.015,56. Henrique também apresentou os dados sobre a aplicação de recursos. O total de impostos e transferências foi de R$ 98.185.017,00, e a Constituição obriga a aplicação de 15% desse montante, resultando em R$ 14.727.752,57. No entanto, a Secretaria de Saúde já aplicou 28,23% (R$ 27.720.394,83), superando a obrigação em R$ 12.993.642,26. Ele mencionou que todos os detalhes das liquidações e compras estão disponíveis em relatórios enviados por e-mail. Henrique esclareceu que o pagamento do INSS está em dia. Ele exemplificou que, considerando que a folha de pagamento foi quitada nos dias 25 e 29 de setembro, o prazo para o pagamento do INSS é até o dia 20 de outubro do mês seguinte. Ele destacou que esse pagamento está sendo realizado pontualmente. Cleohara mencionou que estão realizando um levantamento e identificaram que alguns profissionais da saúde não tiveram a contribuição do INSS repassada em meses específicos, como maio e junho. Ela pediu a Henrique se ele tinha alguma explicação para essa situação. Henrique explicou que não tem conhecimento sobre a falta de repasses do INSS para alguns profissionais da saúde. Ele detalhou o processo: ao receber a folha de pagamento, uma parte é retida como contribuição do segurado, e o município adiciona mais 8%, que também deve ser pago. Essa quantia é consolidada em uma única guia, que é enviada e paga à Receita Federal. Henrique ressaltou que a Receita Federal recebe as informações da folha de pagamento através da ADCTF e verifica os pagamentos. Ele destacou que, se o município não pagar a retenção até o dia 20, isso é cobrado automaticamente no FPM (Fundo de Participação dos Municípios). No entanto, ele observou que, de janeiro até aquele momento, não houve descontos no FPM relacionados a esse tema. Ele sugeriu que Cleohara faça um ofício para buscar mais informações, pois pode haver alguma inconsistência no processo. Cleohara disse que sua categoria (Agentes Comunitários de Saúde) está fazendo isso. Antonio Manoel, conselheiro, disse que está tento uma inconsistência no sistema, de novembro de 2023, que desde que o município mudou para estatutário está aparecendo que as pessoas de novembro estejam sendo desligadas do setor e depois aparece com recontratadas. Henrique falou que deve ser dados de inconsistências da gestão anterior. Rosa, conselheira perguntou sobre o são esses valores de Plano de Saúde. Henrique explicou que os valores referem-se à folha de pagamento dos servidores. Ele destacou que, quando os servidores entram em contato com o RH, podem solicitar a inclusão de planos de saúde, que podem oferecer descontos, similar a um empréstimo consignado. Ele enfatizou que não é a Prefeitura que oferece esses planos; os servidores devem buscar as opções nas empresas, que podem enviar as informações ao município. Henrique também mencionou que, como funcionários públicos, eles têm direito a descontos. No entanto, ele esclareceu que os pagamentos relacionados a empréstimos, como os da Caixa Econômica, não são controlados pela Prefeitura, que apenas gerencia os pagamentos realizados. Ele reforçou que a lógica é a mesma para ambos os casos. Gisélia, conselheira perguntou sobre os equipamentos para CAPS, e indagou se era pro CAPS novo. Rosânia comentou sobre o histórico das compras relacionadas à mobília para a Secretaria de Saúde, mencionando que foram adquiridos itens para Casa das gestantes, CAPS e unidades básicas de saúde. Ela explicou que, durante o processo licitatório, o objeto é direcionado para atender diversas

necessidades, permitindo que as compras sejam abrangentes. Rosânia detalhou que foram compradas cadeiras de plástico para atendimentos, escrivaninhas, aparadores e armários. Ela ressaltou que todos os detalhes dessas aquisições estão nos relatórios que enviou por e-mail. Além disso, enfatizou que as compras são planejadas de forma a beneficiar toda a Secretaria de Saúde, incluindo casa da gestante, CAPS e unidades básicas, e não apenas um setor específico. Eliete, conselheira, disse que acha que é necessário eles saberem onde essas mobílias foram, para dizer corretamente para os conselheiros. Cleohara disse que esses materiais podem ser respondidos por Maxwell, um dos coordenadores da AB. E lembrou a todos que materiais permanentes são tombados. Henrique informou sobre as aquisições de material permanente para o MAC e a Secretaria de Saúde. Ele destacou que foi comprada uma ambulância para o MAC, com um custo de R$ 269.999,00. Além disso, detalhou as compras de mobiliário para a Secretaria de Saúde, que incluem: Quatro cadeiras de longarinas plásticas (três lugares) por R$ 2.760,00. Vinte cadeiras empilháveis por R$ 6.620,00. Dez aparadores com pé de ferro por R$ 3.870,00. Vinte armários com duas portas por R$ 14.980,00. Quatro armários com duas portas (1,60m x 0,80m) por R$ 4.756,00. Doze escrivaninhas com gavetas por R$ 8.568,00. Henrique ressaltou que enviou um relatório detalhado sobre essas compras, mas estava compartilhando as informações para esclarecer qualquer dúvida. Cleohara expressou a importância de que todos os envolvidos fiquem atentos os documentos enviados no grupo, para evitar perda de tempo. Ela enfatizou que não quer comprometer a fala de ninguém, mas precisa que as questões sejam resolvidas de forma ágil. Maxweel, falou que esse materiais são para novas reformas (Casa da Gestante, CAPS novo, e outras UBS), e falou que todos são tombados. Eliete destacou a necessidade de retomar as atividades, enfatizando que apenas apresentar informações não é suficiente. Ela mencionou que a população depende dos serviços de saúde e que a confiança nesse sistema é crucial. Eliete abordou a falta de exames e procedimentos, ressaltando que, quando se agenda uma cirurgia, é necessário comprar materiais específicos, o que gera custos adicionais. Ela expressou preocupação com a escassez de recursos financeiros e o aumento contínuo dos preços dos medicamentos nas farmácias, refletindo a dificuldade enfrentada na gestão da saúde. Cleohara ressaltou a importância de intensificar as cobranças em relação às demandas da saúde. Ela mencionou que haverá uma oportunidade de cobrar diretamente da Secretaria de Saúde, já que convocou uma reunião ordinária para o próximo mês, onde a secretária estará presente. Durante essa reunião, cada conselheiro poderá expressar suas preocupações e discutir o que considera importante para a saúde da comunidade que representam. Cleohara enfatizou a necessidade de todos estarem juntos no encontro para garantir que suas vozes sejam ouvidas e que as questões da saúde sejam abordadas. Eliete mencionou que a aprovação dos gastos não é apenas uma questão de formalidade, mas de responsabilidade com o dinheiro público e não achou legal a ideia de Cleohara, de falar com a Secretária. Cleohara afirmou que seu posicionamento é individual e enfatizou a importância do respeito nas discussões. Ela ressaltou a necessidade de falar diretamente com a secretária de saúde, pois ela é a pessoa que pode resolver as situações. Cleohara mencionou que a secretária pode não estar ciente de suas insatisfações e de outros. Ela também destacou que cada membro do grupo deve ter sua própria opinião e que a aprovação de decisões deve considerar as perspectivas de todos. Em seguida, ela anunciou que passaria a palavra para Domingos antes de encerrar a conversa. Domingos, conselheiro que trabalha no hospital, comentou sobre a importância de investigar os direitos e esclarecer informações. Ele defendeu que Eliete estava errada em suas afirmações sobre o hospital, afirmando que o local aumentou a capacidade para 400 cirurgias e possui todos os equipamentos necessários. Domingos destacou que a equipe do hospital sempre busca oferecer o melhor atendimento aos pacientes. Cleohara pediu mais uma vez que todos olhem as coisas colocadas no

grupo. Eliete disse que não foi ela que inventou e sim viveu e diz que quer investigar, mas nunca é vista com a certa. E disse sobre as cirurgias nos hospitais se ela descobrir que foram colocadas para vereadores, ela vai questionar e descobrir se é verdade. Cleohara comentou que o desconforto nas discussões muitas vezes não está na substância do que Eliete diz, mas na forma como expressa suas opiniões. Ela enfatizou que respeita as falas de Eliete, mas que a maneira como os pontos são apresentados é o que causa atritos. Maxwell, um dos coordenadores da Atenção Básica e conselheiro, iniciou sua fala desejando bom dia e apresentou um resumo sobre a saúde da família. Ele mencionou que a meta de cobertura nacional na Atenção Primária é de 100%, com a previsão de implantação de sete novas unidades em localidades como Mercado Novo, Lages, Pintanga, Bom Jesus, Cruzeiro e Valparaíso. No entanto, ele corrigiu um erro de digitação, esclarecendo que a cobertura não é realmente de 100% porque ainda não foi possível implantar as unidades em Bom Jesus e Valparaíso, mantendo a situação igual ao quadrimestre anterior. Maxwell falou sobre a cobertura dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) nas unidades de saúde, destacando que, de acordo com a legislação de 2019, a meta é ampliar a presença desses agentes. Ele mencionou que a solicitação para novo credenciamento ao Ministério da Saúde busca garantir, no mínimo, um médico, um enfermeiro, dois técnicos de enfermagem e um auxiliar de serviços gerais para cada unidade de saúde. Maxwell apontou que a maior dificuldade enfrentada atualmente é com o Serviço de Atendimento Móvel de Emergência (SAME), mas que as unidades estão com uma boa estrutura, atingindo 96% na cobertura de profissionais. Além disso, ele informou que, em quatro anos, a meta é realizar reformas, manutenções ou ampliações em 100% das unidades básicas de saúde, com 7% alcançado no primeiro quadrimestre e 60% no segundo. Durante esse período, as unidades reformadas incluíram o Centro de Saúde 1 e 3, CIAS, Central de Marcação, farmácia municipal, laboratório, e diversas UBS. Maxwell continuou sua fala destacando as garantias para as ações de saúde da família, mencionando que, no primeiro quadrimestre, 28 unidades receberam materiais permanentes e que um processo licitatório para a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos foi solicitado, atingindo 100% de execução em ambos os quadrimestres. Ele também falou sobre a importância do sistema de prontuário eletrônico, que foi mantido e aperfeiçoado, com 29 unidades de saúde já utilizando o sistema. No primeiro quadrimestre, a cobertura foi de 32%, e no segundo quadrimestre, atingiu 100%. Além disso, Maxwell mencionou que o Ceará enfrenta desafios na infraestrutura elétrica das unidades, com um foco na necessidade de energia trifásica. Ele reconheceu que não atingiram a meta prevista para essa questão, mas que a situação foi novamente apresentada à Enel, buscando soluções para a instalação da energia nas unidades que ainda carecem. Maxwell continuou relatando sobre a manutenção de 100% do Índice Sintético Final (ISF) dos Indicadores de Desempenho no âmbito do Previne Brasil, apesar da descontinuação desse índice pelo Ministério da Saúde. Ele destacou que estão aguardando novas diretrizes para saber como trabalhar os indicadores. Ele mencionou que, em relação à manutenção da rede de transportes para as unidades de saúde, a meta de 65% foi superada, alcançando 100% de cobertura nas unidades. Além disso, falou sobre a execução das ações das Estratégias de Saúde da Família (ESF) em parceria com as secretarias de saúde e educação, no contexto do Programa Saúde na Escola (PSE), totalizando 1.264 ações coletivas realizadas no segundo quadrimestre. Maxwell também abordou a disponibilização de equipamentos de proteção individual, confirmando que não há falta de materiais no almoxarifado ou nas unidades de saúde. Por fim, ele mencionou a reforma e ampliação da rodoviária como parte dos esforços para melhorar a infraestrutura de saúde, corrigindo um erro anterior ao afirmar que não havia progresso nessa área. Maxwell apresentou dados sobre a saúde do trabalhador, ressaltando que a cobertura de fornecimento de equipamentos de proteção individual para os trabalhadores do município alcançou 100%. Ele

também falou sobre a saúde da mulher, destacando a realização de exames fitopatológicos em mulheres de 25 a 64 anos, com uma razão de 0,20. Em relação a mamografias para rastreamento em mulheres de 50 a 69 anos, o índice foi de 0,07 no segundo quadrimestre. Ele mencionou a realização de campanhas de prevenção à saúde da mulher, atingindo 100% tanto no primeiro quanto no segundo quadrimestre. Maxwell destacou ainda que o planejamento familiar foi mantido com 100% de cobertura, resultando em 396 atendimentos individuais. Para a assistência pré-natal, o percentual de gestantes que realizaram a primeira consulta até a 12ª semana de gestação foi de 98%. Por fim, mencionou que, no SUS e saúde suplementar, a taxa de partos naturais atingiu 1,26%. Maxwell destacou que a saúde do homem é uma prioridade nas equipes de saúde da família, garantindo 100% de cobertura nas ações voltadas para melhorar as condições de saúde da população masculina. Isso visa reduzir a morbimortalidade através do enfrentamento de fatores de risco e da facilitação do acesso aos serviços de saúde. Ele mencionou que foram realizados 6.972 atendimentos em saúde do homem, abrangendo indivíduos de 18 a 80 anos. Maxwell relatou sobre a saúde da criança e do adolescente, destacando que a meta era alcançar 23% em atendimento de adolescentes, mas atingiram 14% neste quadrimestre. O fortalecimento da puericultura foi realizado em 100% das unidades, onde também atuam médicos para essa faixa etária. Para doenças crônicas transmissíveis e não transmissíveis, Maxwell mencionou ações para reduzir a mortalidade prematura, com cinco iniciativas realizadas no sistema de saúde e, em parceria com o PSE, 66 ações para reduzir obesidade infantil. Para a obesidade em adultos, foram feitas 28 ações. Também ocorreram cinco ações para redução de consumo de álcool. Além disso, 16 ações foram implementadas para diagnóstico precoce e encaminhamento de pacientes nas unidades de atenção básica. Maxwell destacou as ações na saúde do idoso, mencionando que, em parceria com a vigilância epidemiológica, atingiram uma cobertura vacinal de 90% contra a influenza nas UBS, superando a meta de 80%. As ações para melhoria da qualidade de vida dos idosos foram implementadas em 100% das unidades de saúde. Ele também mencionou que o plano de contingência e o monitoramento da pandemia permanecem inalterados, com 185 notificações de usuários relacionadas à COVID-19. As equipes de saúde continuam completas, com médico e enfermeiro em todas as unidades, mantendo a continuidade do atendimento. Maxwell agradeceu a todos pela atenção durante a apresentação. Marrocos, conselheiros pediu para priorizar as territorização da coberturas dos ACS. Maxwell, disse que já foi solicitado MS, provavelmente ocorrerá no inicio do ano. Marrocos destacou que muitas mulheres enfrentam grande burocracia para colocar o DIU, o que as leva a buscar serviços privados. Além disso, solicitou que a gestão analisasse questões relacionadas às drogas. Cleohara compartilhou sua experiência pessoal, mencionando que perdeu sua irmã para as drogas, que pegou 17 anos na prisão e deixou dois filhos. Ela também falou sobre ter aberto mão de um namorado que se tornou dependente químico, destacando o fardo de lidar com duas crianças e continuar lutando por sua irmã e pela família. Ela expressou que a questão das drogas é muito relevante e importante para ela, afirmando que é uma luta constante, especialmente no contexto familiar. Eliete, conselheira, mencionou sobre a questão de alunos estarem ganhando dinheiro do governo, e usarem para comprarem drogas e além disso levarem para escolas, dentro de suas garrafas. Marrocos disse que esse assunto deve ser visto na prevenção. Cleohara ressaltou que a educação é um tema amplo e varia conforme a criação de cada família. Ela compartilhou sua experiência ao educar duas crianças, destacando a diferença entre a educação dada em casa e as influências externas. Contou um episódio em que sua sobrinha aprendeu um palavrão na escola, apesar de não ouvir esse tipo de linguagem em casa. Concluiu reforçando a importância do que Marrocos mencionou, sobre a necessidade de trabalhar prevenção e promoção à saúde. Naynara conselheira disse que é ideal que a educação façam palestras nas

escolas, sobre tais assuntos. Benedita, assistente social, falou sobre seu trabalho no projeto do Núcleo de Especialidades Profissionais na escola, focado na prevenção. Ela destacou as dificuldades do projeto, que é novo, mas com base em lei federal, envolvendo assistentes sociais e psicólogos. Com um ano de atividade, o projeto está fazendo a diferença, e embora termine em dezembro, já estão buscando continuidade na gestão. Ela também mencionou que, nas visitas às escolas, encontram crianças de 12 a 13 anos envolvidas com problemas graves, como o tráfico de drogas, muitas vezes influenciadas pelos próprios pais. Cleohara informou a Flávia, secretária municipal de saúde, que, na reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde em outubro, ou possivelmente em novembro, ela estará presente para ouvir as demandas do conselho. Destacou que o ambiente será democrático, com críticas, pontuações e possíveis elogios, e reforçou a importância de um retorno da Secretaria de Saúde. Lívia apresentou os dados da Ouvidoria do SUS, destacando que já foi adquirido um telefone com chip, conforme previsto na meta estrutural. Informou que foram registradas 29 manifestações, mas muitas questões foram resolvidas de imediato, sem necessidade de formalização. Todas as demandas foram encaminhadas aos setores responsáveis, porém, apenas 17 receberam resposta, evidenciando a necessidade de maior colaboração dos setores. Mencionou a participação em reuniões do conselho e treinamentos, além da divulgação do contato da ouvidoria na central de marcação, com planos de expandir a divulgação para as UBS. Por fim, compartilhou o número da ouvidoria e se dispôs a enviá-lo novamente no grupo do conselho. Rosa, conselheira e ouvidora da educação, perguntou se Lívia recebe demandas do ouvidor geral. Lívia disse que sim e que agora recebe pelo e-mail institucional. Cleohara ressaltou que a Ouvidoria pode ser utilizada tanto para denúncias contra equipamentos e funcionários quanto contra usuários. Relatou um caso pessoal em que foi denunciada por suposta grosseria, mas afirmou ter testemunhas de que, na verdade, a usuária foi negligente e desrespeitosa. Disse que, apesar da situação, manteve a calma e respondeu à denúncia, chegando a registrar uma contra-denúncia. Concluiu reforçando a importância de divulgar essa informação às comunidades que os conselheiros representam. Eliete expressou ceticismo quanto à eficácia da Ouvidoria, com base em experiências anteriores. Relatou que já fez denúncias contra médicos, mas não recebeu nenhuma resposta ou satisfação, dando a entender que esses profissionais eram intocáveis. Afirmou que, se a Ouvidoria continuar funcionando da mesma forma que antes, seria melhor fechá-la. Cleohara explicou o funcionamento da Ouvidoria, destacando que as denúncias podem ser feitas anonimamente e que, após serem registradas, os envolvidos têm um prazo para responder. Ela relatou um caso pessoal em que foi denunciada, respondeu dentro do prazo e sua defesa foi acatada. Ressaltou que a Ouvidoria apenas recebe e encaminha as manifestações, cabendo aos setores superiores analisá-las e decidir sobre a abertura de processos administrativos, tanto contra servidores quanto contra usuários, se necessário. Lívia, ressaltou novamente que se é uma denuncia que ela consiga resolver, ela resolve, como foi um caso de uma ACS. Cleohara, compartilhou que conhece três pessoas que estão respondendo a processos administrativos disciplinares (PAD) por negligência no trabalho na área da saúde, após denúncias, incluindo um médico que, segundo ela, não se importa com a situação. Ela então anunciou que colocaria em votação em bloco. Eliete disse que fica supresa com esses valores e gastos do município e seus direcionamentos, pediu consciência aos direcionamentos dos gastos e que todos ficassem atentos. Cleohara lembrou que antes da prestação de contas, a secretária envia a prestação detalhada no grupo, para que todos possam analisar com tempo adequado em casa. Cleohara anunciou que, em caráter de aprovação, aqueles que concordassem com a apresentação deveriam permanecer como estão. Caso contrário, poderiam se manifestar levantando a mão. Aprovado por unanimidade, e explicou que era necessário seguir as regras. Flávia, secretária municipal de saúde, agradeceu a presença de todos e reafirmou seu compromisso

com a saúde do município. Destacou que, apesar de ainda haver muito trabalho, já foi possível organizar diversos aspectos na Secretaria. Ela comparou a recuperação da saúde municipal a um processo de reabilitação após uma cirurgia, que exige tempo e dedicação. Flávia ressaltou sua vigilância nas finanças e processos internos, detalhando como cada compra e fornecimento de materiais e serviços é rigorosamente conferido e auditado. Explicou que, em sua gestão, todas as compras são verificadas e assinadas por diversos responsáveis, como fiscais de contrato, para garantir a transparência e a correta aplicação dos recursos. Ela se comprometeu a continuar esse trabalho de forma séria e responsável. Flávia apresentou dados sobre o aumento significativo de serviços de saúde realizados em sua gestão, destacando o aumento no número de ultrassons, que passou de 100-180 mensais para 300, chegando a 600 em alguns meses. Ela também apontou o aumento nos gastos com exames laboratoriais, que subiram de 60.000 para 120.000, 140.000 e até 180.000. Flávia ressaltou que, com esse aumento na oferta de exames, as filas de espera para ultrassons e exames laboratoriais foram reduzidas, demonstrando avanços no acesso aos serviços de saúde. Antonio, conselheiro disse que seu exame de ecocardiograma não foi chamando ainda. Flávia esclareceu que o exame de ecocardiograma não é gerenciado diretamente pelo município, e que a responsabilidade não é da Secretaria de Saúde. Ela explicou que a demanda por esse exame é gerenciada pela central de marcação e pela policlínica, e que verificaria a fila para mais informações. Flávia esclareceu que o exame de ecocardiograma não é gerenciado diretamente pelo município, e que a responsabilidade não é da Secretaria de Saúde. Ela explicou que a demanda por esse exame é gerenciada pela central de marcação e pela policlínica, e que verificaria a fila para mais informações. Fernando, conselheiro, pergunto sobre o concurso dos ACS. Cleohara explicou que a territorialização estava sendo planejada com a contratação de uma empresa para realizá-la, com expectativa de início no primeiro semestre do próximo ano. Ela mencionou que a última tentativa de territorialização, realizada por uma gestão anterior, foi problemática, com conflitos internos entre as equipes. Em relação aos agentes comunitários de saúde, destacou que o município perdeu vagas devido à falta de cumprimento de prazos e processos seletivos efetivos, por decisão do gestor anterior, que não queria dar força à associação de saúde. Cleohara afirmou que o município já solicitou novamente as vagas ao Ministério da Saúde, mas esse processo pode demorar. Ela também falou sobre a possibilidade de um concurso para os agentes, com previsão para o primeiro semestre do próximo ano, caso as vagas sejam liberadas. Virgínia, conselheira, falou sobre a visão do usuário, que ele ver a central de marcação como um todo, quer que tudo seja pra logo, mas infelizmente não funciona assim, que tudo existe um processo a seguir. Cleohara explicou a seu Antônio que, na central de marcação, os exames podem ser classificados de duas formas: alguns são pactuados diretamente com o município, como exames laboratoriais e alguns tipos de ultrassom e cirurgias eletivas, que são mais fáceis de resolver. No entanto, há outros exames e cirurgias, como o ecocardiograma, que estão sob a regulação do estado e dependem de uma fila regional. Ela mencionou que a demora pode ser causada pela falta de profissionais em alguns equipamentos do estado, especialmente na policlínica, onde vários profissionais deixaram seus cargos para trabalhar no setor privado. Ela também não entendeu por que o caso de seu Antônio foi encaminhado para a prefeitura. Antonio explicou que foi o médico que encaminhou para a prefeitura. E perguntou porque eles não diz logo que não pode. Cleohara explicou que a realização de exames e cirurgias depende de dois fatores: alguns são diretamente pactuados com o município e outros estão sob a regulação do estado. Ela detalhou que, na fila de exames, a posição de uma pessoa pode mudar dependendo da disponibilidade e situações atípicas, como a impossibilidade de outros pacientes comparecerem. Ela orientou que, se possível, quem tem condições financeiras deve procurar fazer o exame fora da regulação estadual, pois esta pode ser imprevisível. Também mencionou o caso de

uma amiga que esperou quase três anos para realizar uma cirurgia, mas foi chamada ontem, mas exemplificou a demora na regulação. Virginia, disse que fica feliz que essas situação de filas e demora estam sendo vistas e outro ponto é sobre o CEU. Cleohara explicou que a regulação de exames e procedimentos também envolve a Policlínica e o CEU, ambos sob a regulação do estado. Ela informou que Flávia, a Secretária de Saúde, trará mais detalhes sobre os profissionais e as propostas durante a reunião ordinária de novembro, onde os conselheiros poderão questionar e avaliar seu trabalho. Ela lembrou ainda que haverá uma reunião extraordinária no dia 30 e pediu para que todos já anotassem essa data. Quitina, conselheira, pediu para que Flávia compartilhasse com os conselheiros a história sobre a primeira cirurgia neurologica realizada em Tianguá, destacando sua importância para o município. Flávia detalhou como, desde dezembro, a gestão fez um convênio com o hospital São Camilo para acelerar as cirurgias eletivas, enfrentando dificuldades com o sistema da central de marcação. Ela destacou a importância de priorizar cirurgias graves, como neurocirurgias, e outras especialidades críticas, em vez de focar em intervenções menos urgentes, como laqueaduras. Flávia mencionou que, após reuniões com o hospital, a gestão começou a realizar cirurgias de oncologia e neurocirurgia, com destaque para a primeira cirurgia de crânio em Tianguá. Ela também ressaltou que, apesar do número pequeno de cirurgias, o impacto na vida dos pacientes foi significativo, já que muitos estavam aguardando há meses ou anos para serem atendidos. Flávia enfatizou a importância de priorizar os casos mais urgentes e tomar decisões baseadas na gravidade e nas necessidades da população, sem se deixar influenciar por interesses políticos ou pessoais. Quitina parabenizou a realização da primeira cirurgia de crânio em Tianguá, destacando que essa foi uma marca histórica para a saúde da cidade. Ela ressaltou a importância dessa conquista para o município. Cleohara encerrou agradecendo e desejando boa sorte a todos. E, eu, Maria Thaynara Queroz Nascimento, depois de lida e redigida, lavrei a presente ata. Tianguá, Ceará, nove de outubro de dois mil e vinte e quatro.

Estavam presentes na audiência pública do dia 09/10/2024:

Representantes do Governo:

Flávia Araújo Cardoso Procópio (Titular - Sec. De Saúde)
Quintina Rosangela Rodrigues Bevilaqua (Titular - 13ª CRES/ADS)
Rosa Maria Paz de Melo Barreto (Titular - Sec. De Educação)
Antonio Pinheiro do Nascimento (Titular - Sec. De Agricultura)

Representantes dos Prestadores de Serviço:

Domingos Gomes de Lima (Titular - H.M.M.N)
Francisco Maxwell Lima (Titular - Atenção Básica)
Anastácio de Arruda Filho (Suplente - Prest. De Serviço)

Representante dos Profissionais de Saúde:

Giselia Maria Pereira da Silva Frota (Titular - Nível Superior)
Marrocos Roque Soares Neto (Titular - Nível Superior)
Lívia Cavalcante Correia (Titular - Nível Médio)
Cleohara Moita de Souza (Titular - Agente Comunitários de Saúde)
Diego Wilson Cavalcante (Titular - Agente de Combate as Endemias)

Representantes dos Usuários:

Francisca Rejane Sousa Silva (Titular - Usuário Arapá)
Fernando Souza Paulino (Suplente - Usuário Arapá)
Antonio Manoel Salvino (Suplente - Usuário Pindoguaba)
Maria Edivânia da Silva Costa (Titular - Usuário Caruataí)

José William Carneiro Machado (Suplente - Usuário Tabainha)
Naiara Carvalho Messias da Silva (Suplente - Usuário Governador Ferraz e Santo Antonio)
Maria Eliete Araújo de Miranda (Suplente - Usuário CSU)
Rosa Liduina Portela (Titular - Usuário Frecheiras)
Benedita Gentil Muniz (Titular - Pastoral da AIDS)
Virginia Maria Ferreira (Suplente - Campo do Laurão e Adjacências)
Francisca Florência de C. Cardoso (Titular - Usuário Sitio São José)
Francinete Ferreira Cardoso (Titular - SISMUT)
Convidados (as):
Marta Maria L. dos Santos – Acadêmica em Enfermagem
Thiago Sousa Cardoso – Acadêmico em Enfermagem
Maria Vanessa S. Santos – Acadêmica em Enfermagem
Alana Helen Silva Eufrásio – Acadêmica em Enfermagem
Rosania Rodrigues Bevilaqua – Contabilidade

Cleohara Moita de Souza

Cleohara Moita de Souza
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Tianguá

Maria Thaynara Queroz Nascimento

Maria Thaynara Queroz Nascimento
Sec. Executiva do C.M.S. de Tianguá

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIANGUÁ

Conselho Municipal de Saúde

CMS Conselho Municipal de Saúde de Tianguá

AUDIÊNCIA PÚBLICA – DIA 09 DE OUTUBRO DE 2024

Nº	NOME	CONDIÇÃO	SEGUIMENTO	ASSINATURA
01	Flávia Araújo Cardoso Procópio	Titular	Sec. De Saúde	
	Sabrina Araújo Coimbra Moita	Suplente	Sec. De Saúde	
02	Quintina Rosangela Rodrigues Bevilaqua	Titular	13ª CRES/ADS	
	Anita Saraiva Dornelles Maciel	Suplente	13ª CRES/ADS	
03	Rosa Maria Paz de Melo Barreto	Titular	Sec. De Educação	
	Marcus Antônio Ximenes Pereira	Suplente	Sec. De Educação	
04	Antonio Pinheiro do Nascimento	Titular	Sec. De Agricultura	
	Emanuel Aguiar Lopes	Suplente	Sec. De Agricultura	
05	Mário Soares de Castro	Titular	Sec. De Assistência Social	
	Valéria Viana Albuquerque	Suplente	Sec. De Assistência Social	
06	Domingos Gomes de Lima	Titular	H.M.M.N	
	Ana Maria Araújo da Rocha	Suplente	H.M.M.N	
07	Francisco Maxwell Lima	Titular	Atenção Básica	
	Talyne Silva Pereira	Suplente	Atenção Básica	
08	Kássia Silva da Rocha	Titular	Prest. De Serviço	
	Anastácio de Arruda Filho	Suplente	Prest. De Serviço	
09	Giselia Maria Pereira da Silva Frota	Titular	Nível Superior	
	Antonio Victor Figueira da Silva	Suplente	Nível Superior	
10	Cláudia Lima Fontenele	Titular	Nível Superior	
	Antonio Jameli Sousa Sales	Suplente	Nível Superior	
11	Marrocos Roque Soares Neto	Titular	Nível Superior	

AUDIÊNCIA PÚBLICA – DIA 09 DE OUTUBRO DE 2024

	Emanuel Araujo Santana	Suplente	Nível Superior	
12	Lívia Cavalcante Correia	Titular	Nível Médio	Lívia Cavalcante Correia
	Fabiana Kessya Freire Machado de Brito	Suplente	Nível Médio	
13	Maria do Socorro Carneiro Prado	Titular	Nível Médio	
	Iraci Nágela de Souza Fontenele	Suplente	Nível Médio	
14	Mirta Maria Soares Mendonça	Titular	Nível Médio	
	Eleneudo Teles Frota	Suplente	Nível Médio	
15	Cleohara Moita Souza	Titular	Agente Comunitários de Saúde	
	Cleano Alves Araújo	Suplente	Agente Comunitários de Saúde	
16	Diego Wilson Cavalcante	Titular	Agente de Combate as Endemias	
	Daniel Moita Ponte	Suplente	Agente de Combate as Endemias	
17	Francisca de Sousa Morais	Titular	Sind.Trab.Rurais	
	Manoel Vicente dos Santos	Suplente	Sind.Trab.Rurais	
18	Ana Claudia S. da Rocha	Titular	ASMULTI	
	Renata da Silva Fontenele	Suplente	ASMULTI	
19	Francisca Rejane Sousa Silva	Titular	Usuário Arapá	
	Fernando Souza Paulino	Suplente	Usuário Arapá	
20	José Romario Silva do Nascimento	Titular	Usuário Pindoguaba	
	Antonio Manoel Salvino	Suplente	Usuário Pindoguaba	
21	Maria Edivânia da Silva Costa	Titular	Usuário Caruataí	
	Elaine Rute Araújo da Silva	Suplente	Usuário Caruataí	
22	Romana Machado de Vasconcelos	Titular	Usuário Tabainha	
	José William Carneiro Machado	Suplente	Usuário Tabainha	José William Carneiro

AUDIÊNCIA PÚBLICA – DIA 09 DE OUTUBRO DE 2024

23	José Ribamar Teles	Titular	Usuário Governador Ferraz e Santo Antonio	
	Naiara Carvalho Messias da Silva	Suplente	Usuário Governador Ferraz e Santo Antonio	Naiara Carvalho.
24	Viviane Rocha Araújo Pierre	Titular	Usuário CSU	
	Maria Eliete Araújo de Miranda	Suplente	Usuário CSU	Eliete Araújo Portela
25	Rosa Liduina Portela	Titular	Usuário Frecheiras	
	Valdene Vasconcelos Cunha	Suplente	Usuário Frecheiras	
26	Benedita Gentil Muniz	Titular	Pastoral da AIDS	
	Beatriz Aparecida da Fonseca	Suplente	Pastoral da AIDS	
27	Jonatan de Arruda Rodrigues	Titular	Comunidade Rodoviária	
	André Ferreira de Oliveira	Suplente	Comunidade Araticum	
28	Leandro de Jesus Araújo	Titular	Campo do Laurão e Adjacências	
	Virginia Maria Ferreira	Suplente	Campo do Laurão e Adjacências	Virginia Maria Ferreira de C. Cardoso
29	Francisca Florência de C. Cardoso	Titular	Usuário Sitio São José	
	Rosiane Oliveira Vieira	Suplente	Usuário Sitio São José	
30	Francinete Ferreira Cardoso	Titular	SISMUT	Francinete F. Cardoso
	José Alci Dourado de Aragão	Suplente	SISMUT	
31	Benedito André da Silva	Titular	LGBT/Coração Valente	
	Paulo Marques da Silva	Suplente	LGBT/Coração Valente	
32	Francisca Muniz da Silva	Titular	APAMA/Valparaiso	
	Elizângela da Silva Sousa	Suplente	APAMA/Valparaiso	

AUDIÊNCIA PÚBLICA – DIA 09 DE OUTUBRO DE 2024

CONVIDADOS	
NOME	**PROFISSÃO/SETOR**
1. Maria Maria I. dos Santos	graduanda em Enfermagem.
2. Thiago Sousa Cardoso	Graduando Enfermagem.
3. Mª Vanessa S. Santos	Grad. de Enfermagem
4. Alana Helen Silva Eufrásio	Graduanda em enfermagem
5. Rosania Rodrigues Bezerra.	Contabilidade.
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	